



# Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental  
Unidade Gestora de Obras Públicas

## TERMO DE REFERÊNCIA – 012/2025

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O objeto do presente Termo de Referência (TR) é a escolha da proposta mais vantajosa para **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializada em Regularização Fundiária na modalidade REURB** de Interesse Social do núcleo denominado **GLEBA “B”** da **VILA ATLÂNTICA** no município de **MONGAGUÁ – SÃO PAULO**, para atender o **NOVO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO – NOVO PAC**, conforme diretrizes gerais e específicas que estão relacionadas no Manual da Ação 00SW do Ministério das Cidades – Periferia Viva, compreendendo a elaboração e fornecimento de produtos técnicos de cunho operacional, administrativo, jurídico e social, considerados comuns no ramo de atuação para atender 830 (oitocentos e trinta) lotes. (Anexo 1 - mapa de localização).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
1	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializada em Regularização Fundiária de Interesse Social – REURB-S do núcleo denominado GLEBA “B” da VILA ATLÂNTICA no município de MONGAGUÁ – SÃO PAULO, para atender o NOVO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO – NOVO PAC, conforme diretrizes gerais e específicas que estão relacionadas no Manual da Ação 00SW do Ministério das Cidades – Periferia Viva, compreendendo a elaboração e fornecimento de produtos técnicos de cunho operacional, administrativo, jurídico e social, considerados comuns no ramo de atuação para atender 830 (oitocentos e trinta) lotes.	unid	1

1.1 O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses a partir da assinatura do contrato e a Execução dos serviços será de 12 (doze) meses conforme cronograma físico financeiro contados da data da emissão da ordem de serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2 Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o **valor global estimado** para a contratação.

1.3 O proponente, deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico através do site [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br), planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º e § 4º, da Lei nº 14.133/2021);



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel.: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

### **2. NATUREZA E FINALIDADE DO SERVIÇO e DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO**

#### **2.1. OBJETO**

Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializada em Regularização Fundiária de Interesse Social – REURB-S do núcleo denominado GLEBA “B” da VILA ATLÂNTICA no município de MONGAGUÁ – SÃO PAULO, para atender o NOVO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO – NOVO PAC, conforme diretrizes gerais e específicas que estão relacionadas no Manual da Ação 00SW do Ministério das Cidades – Periferia Viva, compreendendo a elaboração e fornecimento de produtos técnicos de cunho operacional, administrativo, jurídico e social, considerados comuns no ramo de atuação para atender 830 (oitocentos e trinta) lotes.

#### **2.2 - JUSTIFICATIVA**

As unidades imobiliárias que serão beneficiadas com as ações para a regularização fundiária no âmbito do Novo PAC residem na cidade de Mongaguá. As famílias que vivem nesses imóveis enfrentam uma situação de vulnerabilidade social, o que, portanto, acarreta uma série de fragilidades e/ou rupturas nos processos sociais. Considerando essa realidade, a Prefeitura de Mongaguá firmou compromisso com o MCIDADES e a CEF que visa à implantação de regularização fundiária, para beneficiar as famílias de baixa renda residentes nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), núcleos urbanos informais e consolidados no Município de Mongaguá/SP.

Portanto, as atividades elencadas neste Termo de Referência visam promover a regularização fundiária em centros urbanos informais habitados por pessoas de baixa renda, integrando-a ao planejamento territorial urbano e estabelecendo direitos de propriedade para seus moradores, garantindo a segurança jurídica da terra para as famílias que vivem nesses imóveis considerados irregulares, em conformidade com o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas, bem como o funcionamento social dos centros urbanos informais.

Promover a melhoria das condições urbanas, ambientais, habitacionais e de segurança fundiária em áreas periféricas, alcançar o desenvolvimento social inclusivo por meio da regularização fundiária e garantir os direitos de propriedade e a segurança jurídica dos moradores dessas áreas, estão de acordo com a Lei Federal nº 13.465/17 e o Decreto Federal nº 9.310/18.

#### **2.3. LOCALIZAÇÃO**

O núcleo a ser regularizado está localizado no núcleo Vila Atlântica e a área denominada GLEBA “B” engloba as seguintes avenidas: XV de Novembro, Barão do Rio Branco, Horácio Martins Domingues (antiga Rua dos Coqueiros).

#### **2.4. O Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, na orientação técnica OT- IBR 002/2009 define obra como:**

- ✓ **Serviço de Engenharia:** é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº



## Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

### **Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental Unidade Gestora de Obras Públicas**

5.194/66, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento.

- ✓ **Instalar:** atividade de colocar ou dispor convenientemente peças, equipamentos, acessórios ou sistemas, em determinada obra ou serviço.

Considera-se de acordo com o art. 6 - inciso XXXIII - **contratação semi-integrada:** regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

2.5.1. Trata-se de serviço de engenharia, tendo como objeto da presente contratação se de equipe de profissionais, cuja atividade estabelecida, privativa das profissões de arquiteto e engenheiro, envolvendo conhecimentos técnicos e profissionais de especializados para atingir um objetivo intelectual, de interesse para a Administração, que deverá ser norteada e executada de acordo com orçamento.

2.5.2. Regularização Fundiária na modalidade REURB de Interesse Social do núcleo denominado GLEBA B da VILA ATLÂNTICA no município de MONGAGUÁ – SÃO PAULO, para contratação de EMPRESA para prestação de serviços técnicos, para atender o PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO – PAC, conforme diretrizes gerais e específicas que estão relacionadas no Manual da Ação 00SW do Ministério das Cidades – Periferia Viva, para atender 830 (oitocentos e trinta) lotes.

A regularização fundiária é essencial por diversos motivos, tanto para os moradores quanto para a sociedade em geral. Primeiramente, ela garante segurança jurídica aos moradores de áreas irregulares, proporcionando-lhes a titularidade legal sobre seus imóveis, o que protege contra possíveis disputas de posse. Além disso, a regularização possibilita o acesso a serviços públicos essenciais, como água, esgoto, eletricidade e transporte, além de permitir a implementação de infraestrutura urbana adequada, como pavimentação e iluminação.

Outro benefício importante é a valorização do imóvel, uma vez que, com a regularização, a propriedade se torna legalizada e passa a ter mais confiança no mercado imobiliário. Isso também amplia o acesso a financiamentos e programas habitacionais, que muitas vezes são restritos a áreas regulares. Além disso, a regularização contribui para o ordenamento urbano e a preservação ambiental, pois permite um planejamento mais eficaz da ocupação do solo, reduzindo os impactos negativos ao meio ambiente e promovendo um crescimento mais organizado das cidades.

Por fim, a regularização fundiária ajuda a minimizar conflitos e problemas legais, uma vez que a regularização possibilita a adequação das áreas de acordo com as normas urbanísticas, evitando a expansão desordenada e melhorando a qualidade de vida para todos os envolvidos



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

Diante do exposto, a Regularização Fundiária se mostra não apenas necessária, mas urgente e estratégica. Além disso, proporcionar um ambiente com conveniências a sociedade e população, demonstra a busca dos seguintes valores estratégicos:

- a) - Acessibilidade;
- b) - Efetividade;
- c) - Eficiência;
- d) - Sustentabilidade;
- e) - Valorização das pessoas.

### **2.5. Itens do Serviço:**

De modo geral, o contratante será responsável pela elaboração e fornecimento de produtos comuns e úteis na área de atuação e que obedeçam às normas aplicáveis à espécie em relação ao processo de regularização fundiária no Município de Mongaguá. Para isso, as etapas e seus respectivos serviços a serem elaborados estão elencados na tabela abaixo:

<b>Etapas</b>	<b>Serviço</b>	<b>Unidade</b>
<b>Etapa I</b>	Diagnóstico básico do núcleo	lote
	Cartografia básica	lote
	Notificação dos confrontantes	lote
<b>Etapa II</b>	Cadastro físico	lote
	Estudo técnico ambiental	lote
	Estudo técnico de áreas de risco	lote
<b>Etapa III</b>	Projeto de regularização fundiária	lote
	Cadastro social	lote
	Projeto de obras e serviços de infraestrutura essencial	lote
<b>Etapa IV</b>	Registro do projeto de regularização fundiária	lote
	Registro das matrículas individuais	lote

### **3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

#### **ETAPA I: Diagnóstico Básico/Cartografia Básica/Notificação dos Confrontantes**

O plano de diagnóstico básico fundiário, que descreve a situação da área e o relatório preliminar contém uma análise da situação do núcleo com base em documentos técnicos e legais, estudos fundiários e pareceres jurídicos, o plano de diagnóstico básico fundiário verifica a consistência do registro das áreas efetivamente ocupadas do núcleo.

Elaborar planta de diagnóstico fundiário com a caracterização da situação de domínio e relatório preliminar contendo a análise da situação do núcleo a partir da junção da documentação técnica, jurídica, verificando a conformidade da situação registral da área efetivamente ocupada pelo núcleo.



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

### **Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental Unidade Gestora de Obras Públicas**

Portanto, a pesquisa relacionada ao diagnóstico básico fundiário e jurídico do objeto de regularização, tem como objetivo a análise da documentação existente da área junto ao Cartório de Registros de Imóveis, SPU e outros órgãos, levantamento de processos judiciais e administrativos envolvendo a área, inclusive ante o Ministério Público, caso haja Ação Civil Pública e permita a identificação, a partir de análise comparativa, de todas as irregularidades técnicas, jurídicas e sociais capazes de influenciar o processo de regularização do núcleo.

Levantamento planialtimétrico cadastral georreferenciado, por meio de topografia ou restituição aerofotogramétrica, no sistema geodésico de referência SIRGAS2000. A cartografia deverá respeitar a precisão prevista do art. 29, §3º do Decreto nº 9.310, de 2018.

A cartografia deve ser acompanhada da identificação das desconformidades urbanísticas e ambientais, áreas de risco e preservação ambiental e de planta de sobreposição da situação de fato com a situação de registro, apresentando demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando couber.

Após a realização da cartografia e a junção dos documentos apresentados no item anterior a este, os titulares de domínio e os confrontantes deverão ser notificados de acordo com o que dispõe a Lei 13.465/2017, que o Município deverá realizar o "processamento administrativo do requerimento, no qual será conferido prazo para manifestação dos titulares de direitos reais sobre o imóvel e dos confrontantes" (art. 28, II)", ou seja, existe o poder/dever de notificar todos os potenciais interessados no procedimento, de forma semelhante ao que ocorre no processo judicial de usucapião.

Isso implica que, ao receber o mapa do núcleo devidamente elaborado por um profissional qualificado, é necessário identificar os titulares do domínio e os confrontantes, juntamente com seus respectivos endereços, para que possam ser devidamente notificados. De acordo com o artigo 31 da Lei de Regularização Fundiária, após a instauração da Reurb, o Município deverá realizar as buscas indispensáveis para identificar a titularidade dos imóveis que compõem o núcleo urbano informal a ser regularizado.

§ 1º do artigo 31 diz que, no caso de imóveis públicos ou privados, é responsabilidade dos Municípios notificar os proprietários, os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, os vizinhos confinantes e eventuais terceiros interessados. Estes terão o prazo de trinta dias, a contar do recebimento da notificação, para, se desejarem, apresentar impugnação.

§ 4º A notificação do proprietário e dos confinantes será feita por via postal, com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula ou da transcrição, considerando-se efetuada quando comprovada a entrega nesse endereço.

Constata-se, assim, que cabe ao Município a responsabilidade de verificar as matrículas envolvidas, notificar os proprietários e confrontantes, e, se necessário, publicar um edital para informar terceiros que possam ter interesse ou aqueles cuja notificação por via postal não foi possível. Concluída a etapa de notificações, o Município deverá certificar a ausência de impugnações e, conseqüentemente, autorizar o prosseguimento do processo.

### **ETAPA II: Cadastro Físico/Estudo Técnico Ambiental/Estudo Técnico de Área de Risco**

Nesta etapa do serviço destinado ao Cadastro Físico, um relatório deve ser desenvolvido, acompanhado de uma planilha consolidada e sistematizada contendo as



## **Prefeitura da Estância Balneária de Monqaquá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel.: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

informações coletadas. Este material deverá possibilitar a análise dos dados necessários para a definição dos critérios de titulação, abrangendo a caracterização física do núcleo, conforme apurado durante a vistoria realizada no local. Entre os itens a serem identificados estão a localização, os imóveis presentes, os confrontantes (já notificados), os tipos de construções e ocupações, a existência de equipamentos públicos, áreas livres, servidões, emissões de esgoto e linhas de transmissão de energia elétrica, entre outros aspectos relevantes.

O Estudo Técnico Ambiental (ETA) para REURB deverá contemplar as seguintes etapas:

1. Diagnóstico ambiental: Caracterização da área, incluindo aspectos físicos, biológicos, sociais e culturais.
2. Identificação e avaliação de impactos: Análise dos potenciais impactos ambientais positivos e negativos do projeto.
3. Definição de medidas mitigadoras e compensatórias: Proposição de medidas para minimizar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos.
4. Programa de acompanhamento e monitoramento: Definição de um programa para acompanhar a implementação das medidas mitigadoras e compensatórias e avaliar a eficácia do projeto.

Caso o núcleo GLEBA B como um todo ou parte dele estiver situada em áreas de riscos geotécnicos, de inundações ou de outros riscos especificados em lei, é necessário o Estudo Técnico de Risco que demonstre a possibilidade de eliminação, de correção ou de administração de riscos na parcela por eles afetada.

### **ETAPA III: Projeto de Regularização Fundiária/Cadastro Social/Projeto de Obras e Serviços de Infraestrutura Essencial**

#### **a) Projeto de Regularização Fundiária**

Com base nas etapas anteriores e considerando o processo de consolidação, será necessário elaborar o produto final que será encaminhado para registro. Esse documento deverá detalhar exclusivamente o parcelamento do solo, incluindo a divisão da gleba em quadras e lotes, o sistema viário, áreas públicas e as características ambientais, se aplicável. Ainda, será essencial definir o polígono correspondente a cada área, apresentando claramente o quadro resumo das áreas dos lotes e totais, bem como o quadro resumo contendo rumos, distâncias e coordenadas. Adicionalmente, caso seja necessário, deverão ser especificadas as edificações que serão realocadas, as vias de circulação existentes e - quando aplicável - as projetadas, além de outras possíveis áreas destinadas ao uso público. Também será importante contemplar as medidas voltadas à promoção da sustentabilidade urbanística, social e ambiental, observando as compensações urbanísticas e ambientais prescritas em legislação. Além disso, deverão ser abordadas as condições necessárias para garantir a segurança da população em situações de risco, bem como as ações previstas para adequação da infraestrutura básica. O memorial descritivo deve incluir: a descrição da área total, os confrontantes do núcleo com suas respectivas direções (rumo ou azimute), a localização exata do núcleo considerando sua distância em relação ao centro do município e os acessos disponíveis. Também serão obrigatórios os quadros resumo dos lotes, das áreas totais e do sistema viário, além da descrição detalhada de cada lote com seus respectivos polígonos indicando claramente os pontos de início e término. Deverá ainda constar a especificação das



# **Prefeitura da Estância Balneária de Monqaquá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

áreas verdes, com todas as informações completas.

## b) Cadastro Social

Realização ou atualização de cadastros socioeconômicos dos moradores, incluindo informações como nome, RG, CPF, composição familiar, tipo e tempo de posse, renda familiar, entre outros dados relevantes para o processo de regularização fundiária. Coleta de documentos necessários dos beneficiários para instrução dos processos, atendendo às exigências legais do instrumento jurídico adotado, tais como cópias de documentos pessoais, comprovante de residência, comprovante de renda e certidão de casamento ou nascimento. Para viabilizar essa etapa, a contratada deverá disponibilizar um escritório móvel dentro do núcleo, facilitando a logística e o atendimento à população local. Também será necessário o uso de tecnologia para armazenar tanto a documentação física em banco de dados quanto os dados cadastrais por meio de uma ferramenta de gestão adequada.

## c) Projeto de Obras e Serviços de Infraestrutura Essencial

Neste item deverá ser realizado o cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária; e

## **ETAPA IV: Registro do Projeto de Regularização Fundiária/Registro de matrículas individuais**

O pedido de registro para a regularização fundiária urbana deve ser direcionado diretamente ao oficial do cartório de registro de imóveis correspondente à localização do imóvel, sendo realizado sem a necessidade de intervenção judicial ou manifestação do Ministério Público. Essa determinação está prevista no artigo 42 da Lei nº 13.465/17.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 4.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo da prestação de serviços referentes à regularização fundiária, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento.
- 4.2. A Modalidade Concorrência, na forma eletrônica, tem por fundamento legal o regramento disposto no art. 6º, inciso XXXVIII, 28, inciso II, e 29., nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
- 4.3. Para a presente contratação utilizará o **Projeto Básico e todos documentos complementares** com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel.: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

### **4.5 Requisitos técnicos da contratação**

- a) As exigências do edital devem limitar-se ao necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame. Os requisitos de habilitação devem seguir o que estabelece a Lei n.º 14.133/2021, bem como as instruções do Tribunal de Contas do Estado – TCE/SP.
- b) Os serviços a serem executados estão de acordo com as determinações da planilha de orçamento e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada. Todos os materiais e equipamentos utilizados deverão estar em conformidade com as normas técnicas nacionais e internacionais, como as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), e deverão ser aprovados pela fiscalização antes de seu uso na obra.
- c) A metodologia executiva a ser adotada deverá ser de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes presentes em Memorial Descritivo;
- d) A licitante deverá compor sua taxa de B.D.I – Bonificação de Despesas Indiretas com base na fórmula apresentada em documento anexo – B.D.I, levando em conta que nessa taxa deverão ser considerados, além dos tributos, as despesas indiretas, não explicitadas na planilha orçamentária e o lucro.  
A fórmula proposta para o cálculo do B.D.I Convencional, nos termos da Decisão TCDF nº 1.583/2014 e do Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário.
- e) Ainda tratando-se de B.D.I, o percentual do ISS a ser adotado para a execução dos serviços de engenharia deverá observar a legislação tributária municipal onde serão prestados os serviços.
- f) O prazo total para a execução da reforma será de 12 (doze) meses corridos, contados a partir da assinatura da ordem de serviço de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra.
- g) A documentação de habilitação técnica é objeto de cláusula específica.
- h) Conforme enquadramento legal, fornecer ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT - Registro de Responsabilidade Técnica.
- i) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais atestados de capacidade técnica, em nome da empresa e/o profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução dos serviços.



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

### **4.6. Requisitos de sustentabilidade**

4.6.1 Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

4.6.2. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

4.6.3. Além dos critérios de sustentabilidade previstos na descrição do objeto, o projeto, por se tratar de uma iniciativa da esfera federal, adota os princípios e políticas aplicáveis ao tema. Além dessas normas, a legislação municipal aplicável deve ser observada e será fiscalizada pelo gestor do contrato, garantindo a conformidade ambiental e a sustentabilidade do projeto.

### **4.7. Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados**

a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;

b) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;

c) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);

d) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

e) Lei Federal nº 13.465/2017, que trata da Regularização Fundiária Urbana (REURB);

f) Decreto Federal 9.310/2018;

g) Decreto Federal 9.597/2018;

**Observação:** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado, vinculam a Contratada.



## **Prefeitura da Estância Balneária de Monqaquá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

### **5. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **5.5 – DA FISCALIZAÇÃO**

5.5.1 - Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo Setor de Engenharia, denominado FISCAL neste ato representado pelo Sr. Luiz Carlos Benjamin dos Santos, matrícula 13.820, operador de máquinas, Gestor de Zeladoria e Manutenção, portaria nº 352/2025 emitida em 20 de fevereiro de 2025, devidamente designado(a) para esse fim, permitida a assistência de terceiros, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21.

5.5.2. Os(as) servidores(as) designados(as) anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhes assegurada à prerrogativa de:

- a) Fiscalizar a regularidade e adequação dos serviços;
- b) Disponibilizar toda a infra-estrutura necessária à entrega do objeto, conforme o caso, nas condições e prazos estabelecidos;
- c) Verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações contidas no Edital e seus anexos, recusando o fornecimento de objeto diverso, salvo quando de qualidade superior e devidamente aceito pela **CONTRATANTE**;
- d) Receber o objeto contratual e atestar as respectivas faturas e notas fiscais, encaminhando-as ao gestor do contrato para pagamento;
- e) Comunicar por escrito ao gestor do contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou a modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente;
- f) Comunicar por escrito ao gestor do contrato eventuais irregularidades cometidas pela **CONTRATADA**.
- g) Garantir à **CONTRATADA** toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes



## Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel.: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

relacionados com a prestação dos serviços.

h) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

5.5.3. O fiscal que agir em desacordo com suas obrigações ficará sujeito as sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

5.5.4 A fiscalização exercida pela **CONTRATANTE** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

5.5.5 A **CONTRATANTE** se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, produtos entregues em desacordo com o presente Contrato e o Procedimento Administrativo que o originou.

### 6. DA GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Durante a vigência desse contrato, a gestão será realizada pelo(a) **GESTOR** Sr Ricardo dos Santos Ferreira, arquiteto e urbanista, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, portaria nº 259/2025 emitida em 23 de janeiro de 2025, CAU A24501-1, conforme previstos na Lei nº 14.133/21, emitida pelo(a) Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Mongaguá, no que se refere a:

a) Zelar pela observância dos termos constantes do Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Relatório de Análise de Riscos, e demais documentos que instruem o procedimento de contratação, bem como dos contratos ou instrumentos hábeis de substituí-los, e seus eventuais aditamentos, de modo a garantir a qualidade dos produtos fornecidos e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;

b) Coordenar a atividade do Fiscal do Contrato, solicitando-lhe todas as informações que entender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;

c) Manter registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado;

d) Encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais atestadas pelo Fiscal do Contrato;

e) Elaborar documento, quando solicitado, acerca da capacidade técnica de fornecedores, executantes de obras e prestadores de serviços e submetê-lo à unidade de acompanhamento com vistas à expedição dos respectivos atestados ou instrumentos correlatos;

f) Notificar formalmente a Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;

g) Submeter os casos de inadimplementos contratuais à unidade de acompanhamento, mediante comunicação de ocorrência, sempre que, depois de notificada, a Contratada não apresentar solução satisfatória dentro do prazo, ou quando a frequência dos registros prejudique a consecução



# **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel.: 3443-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

do objeto da contratação;

- h) Encaminhar para conhecimento e providências da unidade demandante questões relevantes que, por motivos técnicos ou legais justificáveis, não puder solucionar;
- i) Formalizar todo e qualquer entendimento com a Contratada ou o seu preposto, assim como documentar por meio de atas as reuniões realizadas com os mesmos;
- j) Possuir obrigatoriamente, conhecimentos sobre o objeto da contratação, para acompanhar a execução de contratos e de outros instrumentos hábeis e promover as medidas necessárias ao alcance do seu objeto e no interesse da Administração;

## **7. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

### **7.1. DO RECEBIMENTO**

7.1.1. Ao final da etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico/Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.1.2. A etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.1.3. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.1.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo fiscal técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

7.1.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.1.6 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.1.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.1.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.1.9.O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.1.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.1.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.1.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

c) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.1.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.1.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **7.2. LIQUIDAÇÃO**

7.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (sessenta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.2.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, ou mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.5. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

7.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Mongaguá.

7.2.9. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.2.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.2.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.2.12. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.2.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **8.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

8.1. O prestador de serviços será selecionado de acordo com as propostas encaminhadas eletronicamente no site [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br), juntamente com a documentação de habilitação e qualificação necessária em acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021. Administração Pública escolherá dentre as propostas ofertadas, a de menor preço com critério de julgamento menor preço por global, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto nº 12.343 de 30 de dezembro de 2024.



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel.: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

8.2. Documentação técnica enviada juntamente com a proposta: planilha orçamentária, cronograma físico – financeiro e composição de B.D.I.

8.3 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital e seus anexos.

8.4. Os critérios de habilitação econômico-financeira e qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor/prestador serviços estarão previstos no Edital.

### **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de **501.576,30 (quinhentos e um mil, quinhentos e setenta e seis reais e trinta centavos)**.

### **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá.

10.2. A contratação será atendida por dotação a ser apresentada posteriormente - contrapartida.

10.3 Convênio Ministério das Cidades – Programa Periferiva Viva

10.4. N° da proposta: 014082/2024 no valor de R\$ R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), sendo R\$ 51.576,30 (cinquenta e um mil, quinhentos e setenta e seis reais e trinta centavos) contrapartida do Município.

### **11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias úteis ou conforme a liberação de recurso conforme órgão de convênio, mediante apresentação da Nota Fiscal de Serviços (NFS-e), atestada pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, acompanhada de assinatura do Secretário.

11.2. A Contratada deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal a comprovação da Regularidade Fiscal mediante apresentação das Certidão Negativa de Débitos Federais (CND), Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), Certidão Negativa de débitos de Tributos e Contribuições Municipais (Certidão Mobiliária Municipal) e Certidão de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.3. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização;

#### **11.4 FORMA DE PAGAMENTO**

11.4.1. - O pagamento será realizado através da medição de obra, através de ordem bancária, para



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.4.3.- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.4.6. Primeira via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, Fatura no caso de apresentação de Nota Fiscal.

11.4.7. Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão)acompanhar os demais documentos citados.

## **12. CREDENCIAMENTO**

12.1. Poderão participar da presente Concorrência Eletrônica os interessados que estiverem previamente credenciados no Plataforma BBNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br)

12.2. O Licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

## **13. VISITA TÉCNICA**

13.1. Atestado de Visita Técnica no local onde será executado o serviço para verificação das condições, avaliação própria da quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto licitado, forma e condições de suprimento, meios de acesso ao local e obtenção de quaisquer outros dados que as licitantes julgarem necessários para a preparação de suas propostas.



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

13.2. Deverá ser permitido a realização de visita técnica acompanhado de representante da Unidade Gestora de Obras Públicas a qual fornecerá o Atestado de Visita. A visita técnica é destinada ao conhecimento e estudo de acesso ao local, da situação atual do local da obra, para verificação de interferências internas e externas e a compatibilização do objeto da contratação. A visita técnica é facultativa.

13.3. A Visita Técnica poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da construção, sob pena de inabilitação.

13.4. O agendamento da visita técnica deverá ser feito através do e-mail [visitatecnicaobras@mongagua.sp.gov.br](mailto:visitatecnicaobras@mongagua.sp.gov.br)

13.5. Será enviado também por e-mail, ao solicitante a data e horário marcado para a realização de visita. Esclarecemos que não serão realizadas vistas técnicas sem prévio agendamento, em horário que não esteja no horário de expediente da Prefeitura e também no dia marcado para a realização da sessão pública.

13.6. A empresa que optar por não realizar a visita técnica, deverá enviar um e-mail para [visitatecnicaobras@mongagua.sp.gov.br](mailto:visitatecnicaobras@mongagua.sp.gov.br) informando que optou por não realizar visita técnica e que apresentará DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA PRÉVIA de que tem conhecimento de todas as informações e condições locais para a execução do empreendimento e que assume toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da omissão na verificação das condições do local de execução do objeto do certame.

## **14. ENVIO DAS PROPOSTA DE PREÇOS**

14.1. A participação na concorrência eletrônica dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente preenchimento da proposta de preço com valor global do objeto, até o horário previsto no item discriminado no Edital.

14.2. O arquivo da Proposta Inicial de Preços deverá ser enviado em formulário específico, bem como o arquivo da Proposta Final Readequada, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, conforme planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro.

14.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- a) cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- b) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na
- c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel.: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- d) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.

14.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5. O fornecedor enquadrado como, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda que não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresas de pequeno porte.

14.6. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

14.7. Incumbirá, ao licitante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da concorrência eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

Nas propostas, serão consideradas obrigatoriamente:

14.8. A Proposta de Preços deverá ser elaborada obedecendo às condições estabelecidas no presente Termo de Referência, e projetos, demais anexos e nas normas técnicas pertinentes, devendo apresentar as seguintes indicações:

- a) Planilha de Quantidades e Preços Unitários devidamente preenchida, contemplando todos os itens constantes no modelo.





## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

incidente sobre o custo dos serviços.

- i) Planilha de composição sintética de custos dos preços unitários.
- j) A documentação deverá ser formulada em papel timbrado da empresa ou identificado sob qualquer forma de impressão, constando o número e objeto desta licitação, nome da empresa e seu endereço completo, impressa em apenas uma via, em um só lado do papel, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e ser assinada por seu representante legal na última folha e as demais devem ser rubricadas, sob pena de ser liminarmente rejeitada.
- k) Todos os documentos deverão ser anexados em arquivo digital. Não serão aceitos arquivos que estão armazenados em serviços de armazenamento na nuvem.
- l) Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço. A Administração poderá realizar diligências para aferir esses erros.

14.9. Deverá ser apresentada a composição de cada preço unitário (todos os insumos, mão de obra e encargos sociais), formadores dos preços da proposta devendo ser apresentada.

14.10. Não será aceita proposta que contenha ofertas e vantagens não previstas neste Edital, ou que esteja em desacordo com as especificações aqui existentes.

14.11. Deve conter o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura das referidas propostas.

14.12. Não serão recebidos, em nenhuma hipótese, documentos de habilitação e propostas, após iniciada a sessão de abertura dos mesmos.

14.13. O licitante deverá informar na proposta, os seguintes dados: Nº da Agência Bancária e Nº da Conta Corrente (Pessoa Jurídica); Nome do representante que irá assinar o contrato, Nº do CPF, Nº do RG, Estado civil, profissão e endereço residencial.

14.14. Serão desclassificadas, conforme art. 59 da Lei 14.133/21, as propostas que:

- a) Contiverem vícios insanáveis;
- b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) Apresentarem preços inexequíveis para a contratação e não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) Apresentarem e permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação.
- e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

14.15. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à



## **Prefeitura da Estância Balneária de Monqaquá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

proposta mais bem classificada. Lembrando que, uma vez não cumpridos os requisitos, será analisado o da próxima classificada.

### **15. ABERTURA DA SESSÃO**

15.1. O Agente de Contratação via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas apresentadas.

### **16. FORMULAÇÃO DE LANCES**

16.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

16.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR GLOBAL, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

16.3 Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao seu último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

16.4 Durante a Sessão Pública da Concorrência Eletrônica, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

16.5. A etapa de lances da sessão pública será conforme Lei Federal nº 14.133/2021, o qual o site [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br) se baseia para o processo licitatório.

16.6. O modo de disputa será "ABERTO", com duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema sempre que houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública, inclusive no caso de lances intermediários. Não havendo novos lances, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

16.7. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes, para a recepção dos lances, retornando o Agente de Contratação, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

16.8. Após o fechamento da etapa de lances, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

16.9 - Será assegurada preferência de contratação para as empresas de pequeno porte, em caso de empate ficto, conforme prevê a Lei Complementar 123/2006, entendendo como empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pela empresa de pequeno porte, sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor, observadas as normas legais.



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

16.9.1 A EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

16.9.2 Não ocorrendo a contratação da EPP, na forma prevista no sub-item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 16.9.1 (EPP's), na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

16.9.3 Na hipótese da não contratação nos termos previstos dos itens 16.9.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

16.9.4 A EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

16.9.5 As microempresas poderão participar, mas sem o direito de preferência, tendo em vista o valor referencial ser superior ao valor de enquadramento conforme art. 4º § 2º da Lei 14.133/2021.

16.10. Após comunicado do Agente de Contratação, a licitante detentora da melhor oferta deverá comprovar sua situação de regularidade, conforme documentação exigida no edital.

### **17. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

17.1. Após análise da proposta, o Agente de Contratação anunciará o licitante vencedor.

17.2. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

17.3 Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante vencedor, em razão das especificações indicadas na proposta, o Agente de Contratação poderá solicitar ao licitante declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

17.3.1 – O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Agente de Contratação, estará sujeito à desclassificação do item proposto.

17.4 – Depois de encerrados e ordenados os lances, de acordo com o menor preço apresentado, o Agente de Contratação verificará a aceitabilidade do lance de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados na referência, decidindo, motivadamente, a respeito.

### **18. DA HABILITAÇÃO**

18.1. Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação. O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será 02 (duas) horas prorrogáveis por mais 02 (duas) horas, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça



## Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

no tempo determinado.

18.2. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que seja apresentado o original para que sejam autenticados por servidor da administração previamente. A assinatura eletrônica é válida em documentos de licitação desde que seja certificada pela ICP-Brasil e que as partes concordem com o seu uso. Deverão estar perfeitamente legíveis e sem rasuras.

18.3. O licitante deverá apresentar toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere a:

- a) Habilitação Jurídica;
- b) Regularidade Fiscal e Trabalhista;
- c) Qualificação Econômica e Financeira;
- d) Qualificação Técnica;
- e) Documentos Complementares – Declarações

**18.3.1. A Habilitação Jurídica será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:**

- a) Prova de registro comercial, no caso de empresa individual e suas alterações devidamente registradas;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e **suas alterações contratuais devidamente registradas, salvo quando consolidados, em se tratando de sociedades comerciais**, com prova da Diretoria em exercício e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento (ATA) de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Documento de identificação do titular e dos Sócios- RG/CPF ou CNH.

**18.3.2 – A Regularidade Fiscal e Trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel.: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos de Tributos Municipais), do domicílio ou sede do licitante;
- c) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos de Tributos Estaduais), do domicílio ou sede do licitante;
- d) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

– Os licitantes que se enquadrarem na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverão apresentar toda a documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição quanto à sua regularidade fiscal e trabalhista, a fim de que possa ser aplicado o disposto do artigo 43 da Lei Complementar 123/2006, alteradas pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e 155/2016 e art. 4º §1º do Decreto Federal nº 8.538/2015.

– Havendo restrição na regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme o art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06, alteradas pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e 155/2016 e o § 2º, I do Decreto Federal nº 8.538/2015.

### **18.3.3 - A Qualificação Econômica - Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**

- Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial e/ou Concordata, em se tratando de sociedades comerciais, ou de Execução Patrimonial, em se tratando de sociedade civil, passada pelo distribuidor judicial da sede da empresa, em data de, no máximo, 60 (sessenta) dias anteriores a data de realização desta licitação. Caso o documento não consigne prazo de validade.
- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações



## **Prefeitura da Estância Balneária de Monqaquá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

### **Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental Unidade Gestora de Obras Públicas**

contábeis do último exercício social, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);  
Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

- As certidões que não mencionarem prazo de validade serão consideradas **válidas até 60 dias** a partir da data da expedição.

#### **18.3.4 - A Qualificação Técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**

##### **18.3.4.1. Qualificação Profissional:**

Comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente, por meio de Carteira de Trabalho, Ficha de Empregado ou Contrato de Trabalho, Contrato de Natureza Civil com Trabalhador Autônomo ou Contrato Social, até a data prevista para abertura do certame, profissionais nas modalidades descritas abaixo:

a) Coordenador Setorial: Engenheiro Cartógrafo ou Engenheiro de Geodésia, Engenheiro Agrimensor, devidamente inscrito no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com experiência comprovada através de atestado de capacitação técnica CAT, execução, direção, coordenação ou supervisão dos serviços relacionado ao certame.

b) Coordenador Setorial de Trabalho Social: Assistente Social, Sociólogo ou Psicólogo devidamente inscrito no CRESS ou CRP, com experiência profissional comprovada através de atestado de capacitação técnica ou currículo, por execução, direção, coordenação ou supervisão dos serviços relacionados ao certame.

c) Coordenador Setorial Jurídico: Bacharel em Direito com registro na OAB, comprovar por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) atestado emitido por pessoa jurídica público ou privado, em nome da licitante, ter prestado serviços especializados em atividades relacionadas à Regularização Fundiária – REURB.

d) Para facilitar a localização dos serviços acima descritos, os Atestados apresentados deverão trazê-los destacados com marca texto.

18.3.4.2. Comprovação de registro do Responsável Técnico no órgão profissional competente, com prazo de validade em vigor;

18.3.4.3. Declarações subscritas pelos profissionais, detentores dos atestados utilizados para a



## **Prefeitura da Estância Balneária de Monqaquá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3443-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

demonstração da capacitação técnico-profissional, assumindo a responsabilidade técnica pelo acompanhamento da execução contratual;

18.3.4.4. É vedada, sob pena de não habilitação, a indicação de um mesmo técnico como responsável técnico por mais de uma proponente;

### **18.3.4.5. Qualificação Operacional:**

- Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de Atestado (s) ou Certidão(ões), expedida(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome do licitante, que indique(m) a aptidão para:

1- Regularização Fundiária Lotes – quantidade mínima = 415 lotes

## **18.4 DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO**

18.4.1 Não será concedida habilitação ao licitante que deixar de apresentar qualquer dos documentos referidos nos itens do tópico **18.2** ou apresentá-los em desacordo com as exigências estabelecidas no Edital.

18.4.2 Não serão aceitos, para habilitação das licitantes, protocolos de pedido de certidões. No caso de impossibilidade de emissão das certidões por inatividade do órgão emitente ou em caso fortuito ou força maior, serão aceitos os respectivos protocolos cuja validade estará suspensa até a devida comprovação de regularidade, cessados os motivos que levaram a não apresentação das certidões.

18.4.3 Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Contratação.

18.4.4 Os licitantes que não atenderem às exigências legais previstas neste capítulo, serão considerados inabilitados, ficando excluídos das fases subsequentes desta licitação, tudo de acordo e conforme preceitua a Lei. 14.133/21."A INABILITAÇÃO DO LICITANTE IMPORTA PRECLUSÃO DO SEU DIREITO DE PARTICIPAR DAS FASES SUBSEQUENTES"), **ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos da Lei Complementar nº 123/06**, alteradas pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e 155/2016.

18.4.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.



## Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 87 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

### 18.5. OUTRAS DISPOSIÇÕES QUANTO À HABILITAÇÃO

a) Tratando-se de Empresa de Pequeno Porte, deve-se apresentar Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, visando ao exercício de preferência previsto na Lei Complementar nº 123/2006 (ANEXO I)

b) Declaração de indicação de Responsável Técnico; (ANEXO II)

c) Declaração unificada; (ANEXO III)

d) Declaração de não vistoria prévia (ANEXO IV).

e) Modelo de Carta Proposta (ANEXO V).

18.5.1. Todos os documentos exigidos que compõe a habilitação serão enviados através sistema.

18.5.2. As declarações deverão ser formuladas em papel timbrado da empresa ou identificado sob qualquer forma de impressão, constando o número e objeto desta licitação, nome da empresa e seu endereço completo, impressa em apenas uma via, em um só lado do papel, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e ser assinada por seu representante legal na última folha e as demais devem ser rubricadas, sob pena de ser liminarmente rejeitada.

18.5.3 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

18.5.4. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **05(cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

18.5.5. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa



## **Prefeitura da Estância Balneária de Monçaquá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

18.5.6. Se o proponente se fizer representar, deverá juntar procuração ou carta de credenciamento, outorgando com poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.

18.5.7. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para encerramento do cadastro da proposta.

18.5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até o encerramento do cadastro da proposta.

18.5.9. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

18.5.10. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo mínimo de 04 (quatro) horas contados da solicitação do Agente de Contratação no sistema.

## **19. PARECER TÉCNICO**

19.1 – Para efeito de adjudicação desta Concorrência, o Agente de Contratação, se julgar necessário, encaminhará o processo ao Departamento de Engenharia, a fim de que seja emitido Parecer Técnico referente à proposta vencedora do item, bem como análise da documentação técnica.

19.2 – Ocorrendo a desclassificação do bem da empresa vencedora, os autos serão devolvidos ao Agente de Contratação, para que este realize nova negociação com as demais empresas, obedecendo a ordem de classificação.

19.3 – Somente após tal procedimento, o Agente de Contratação fará a adjudicação às empresas vencedoras.

## **20. IMPUGNAÇÃO**

20.1. As impugnações ao ato convocatório da Concorrência serão recebidas até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

20.2. Caberá, ao Agente de Contratação, decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.



## **Prefeitura da Estância Balneária de Monqaquá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

20.3. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

### **21. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

21.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 14.133/21, devendo o licitante manifestar-se motivadamente sua intenção de interpor recurso, através do próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões.

21.2. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Agente de Contratação.

21.3. O licitante que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Agente de Contratação, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, por meio do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando as demais desde logo intimados para apresentar as contra-razões em igual número de dias.

21.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Agente de Contratação à vencedora.

21.5. O recurso contra a decisão do Agente de Contratação não terá efeito suspensivo.

21.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

21.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

21.8. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta licitação, o licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

### **22. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

22.1. A adjudicação do objeto do presente certame será encaminhada pelo Agente de Contratação, sempre que não houver recurso para a Autoridade Competente.

22.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Agente de Contratação, ou, quando houver recurso, pelo próprio secretário.

22.3. A autoridade competente adjudicará o objeto licitado ao vencedor do certame e homologará



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 07 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

o resultado da licitação, convocando o adjudicatário a assinar o Contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município, podendo ser prorrogado devidamente justificado.

22.4. A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 90 da Lei Federal 14.133/21.

22.5 - Decorrido o prazo do item 22.3, dentro do prazo de validade da proposta, e não havendo manifestação do proponente convocado para a assinatura da Ata, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

22.6- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global de sua proposta;

22.7 - Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

22.8 - A multa deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

### **23. DA CONTRATAÇÃO**

23.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

23.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

### **24. DO REAJUSTE**

24.1. O preço não será reajustado.

24.2. O preço ajustado não sofrerá reajuste, salvo após o decurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da vigência contratual, desde requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias pela contrata, em caso de prorrogação contratual, ou ainda em caso de eventuais modificações no atual modelo econômico nacional que venham autorizar formas de correções para manutenção do equilíbrio econômico do contrato. Nos casos de reajuste previstos no edital e em lei, serão aplicados os critérios de reajuste fixados no item subsequente.

24.3. O contrato poderá ser reajustado depois de transcorridos 01 (um) ano, com a aplicação do INCC-DI (Índice Nacional do Custo da Construção Disponibilidade Interna- da Fundação Getúlio Vargas) acumulado dos últimos 01 (um) ano.



## **Prefeitura da Estância Balneária de Monqaquá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 07 - Centro - Tel.: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

24.4. No caso de extinção ou substituição do INCC-DI, por superveniência de Medida Governamental ou outra razão, utilizar-se-á imediatamente o índice substituto para efeito de cálculos de reajuste nas cláusulas do presente contrato que utilizam o referido índice.

### **25. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

25.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **24 (vinte quatro) meses**, com início a partir da data de assinatura, e **prorrogáveis, até o limite permitido em lei, mediante justificativa do setor requisitante.**

### **26. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

26.1- O prazo de execução dos serviços será de **12 (doze) meses, com prazo de início de até no máximo 05 (cinco) dias**, após solicitação oficial da Secretaria de Obras Públicas, contado a partir da emissão da Ordem de Serviço.

### **27. DA RESCISÃO**

27.1- Constituem motivos para a rescisão do contrato os casos previstos no Art. 137 da Lei n.º 14.133/21 e suas alterações, nas formas previstas no art. Art. 138 da Lei n.º 14.133/21.

### **28. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

**28.1 - A CONTRATADA** obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste contrato que se fizerem necessários, até o limite facultado pela regra do artigo 125 da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores.

**28.2.** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

### **29. DA SUBCONTRATAÇÃO**

29.1 - A CONTRATADA não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar toda a obra objeto do contrato. Ela apenas poderá subcontratar parcela da obra que, por sua especialização, requeiram o emprego de empresas ou profissionais especialmente habilitados, devendo ser previamente autorizada pela Fiscalização.



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

29.2 É vedada a subcontratação das parcelas principais do objeto licitado. Consideram-se como parcelas principais os conjuntos de itens para os quais foi exigida, como requisito de habilitação técnico-operacional, a apresentação de atestados que comprovem a execução de serviço com características semelhantes.

29.3. O total da possível subcontratação não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

29.4. Se autorizada a realizar a subcontratação de parte da obra, a CONTRATADA realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

29.5. A CONTRATADA deve apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou serviço subcontratado.

29.6. A parcela da obra subcontratada, caso não satisfaçam as especificações, serão impugnados pela FISCALIZAÇÃO, cabendo à CONTRATADA todo o ônus decorrente de sua reexecução direta ou por empresa devidamente qualificada, capacitada e de reconhecida idoneidade.

29.7. A subcontratação não exclui a responsabilidade da CONTRATADA perante a administração pública quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

29.8. Somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas.

29.9 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação. 5.3.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

### **30. DA GARANTIA**

30.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 10 % do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

#### **30.1.1 JUSTIFICATIVA PARA A MAJORAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Considerando a previsão legal estabelecida no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, que permite a



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

majoração da garantia de execução para até 10% (dez por cento) do valor do contrato, desde que devidamente justificada com base na complexidade técnica e nos riscos envolvidos, apresentamos os seguintes fundamentos:

a. Complexidade técnica e operacional da obra: A obra em questão será executada com recursos vinculados, exigindo um planejamento rigoroso para cumprimento dos prazos e das especificações técnicas determinadas pelo ente financiador. O não atendimento a esses requisitos pode comprometer o repasse dos valores e prejudicar a continuidade da execução, tornando indispensável a adoção de mecanismos que assegurem a boa execução do contrato.

b. Relevância do prazo e da qualidade na execução: O projeto possui prazos delimitados e inegociáveis, atrelados à liberação dos recursos, o que exige que a contratada mantenha capacidade operacional e financeira para cumprir as fases da obra sem interrupções. Além disso, a qualidade da execução deve estar alinhada às normativas técnicas, minimizando riscos de reprovação por parte dos órgãos fiscalizadores.

c. Risco financeiro e vulto do investimento: Trata-se de uma obra com valor orçado superior a R\$ 2 milhões, o que aumenta os riscos financeiros, especialmente considerando a possibilidade de variações nos custos de insumos e serviços ao longo da execução. A garantia de execução nesse patamar busca mitigar eventuais dificuldades de continuidade da obra e reforça a segurança financeira do contrato.

Dessa forma, a majoração do percentual da garantia contratual de 5% (cinco por cento) para 10% (dez por cento) do valor do contrato se justifica plenamente diante da necessidade de assegurar a execução adequada da obra, a mitigação de riscos financeiros e a conformidade com os requisitos dos recursos vinculados

30.2. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

30.3 A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias após a assinatura do contrato.

30.4 No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

30.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### **31. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE/PREFEITURA**

31.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel.: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

31.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

31.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

31.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência deste Aviso de Dispensa de Licitação;

31.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

31.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

d) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

31.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

31.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

31.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

31.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

31.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

### **32. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/LICITANTE**

32.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

32.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

32.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

32.4. Utilizar equipe de trabalho habilitada e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor sujeitos às respectivas responsabilidades técnicas. A equipe deve ter pelo menos um membro com a qualificação técnico profissional exigida no edital de dispensa eletrônica.

32.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

32.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

32.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

32.8. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

32.9. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

32.10. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

32.11. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

32.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

32.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

32.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

32.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

32.16. O levantamento das quantidades de materiais e dos serviços para elaboração do orçamento é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deverá conferir todos os quantitativos indicados nos desenhos e demais documentos.

32.17. Apresentar ART de execução dos serviços em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

### **33. DAS PENALIDADES**

33.1 Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a concorrência eletrônica ou a execução do contrato;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

33.2. O fornecedor/prestador serviços que cometer qualquer das infrações discriminadas nos



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) São aplicáveis as sanções previstas no Título IV, capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes. 2. O licitante ou contratado que descumprir qualquer das cláusulas deste aviso ou do instrumento contratual ficará sujeito às penalidades previstas nos artigos 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/21.

33.3. DAS MULTAS – em cada caso, aplicar-se:

26.3.1. O atraso injustificado ou retardamento na entrega do objeto deste certame sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor, tendo como base o valor total da solicitação/ordem de fornecimento;

33.3.2. Após 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso na entrega do objeto será considerado inexecução total quando for a primeira entrega ou parcial a partir da segunda entrega;

33.3.3. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a Contratada possuir com o MUNICÍPIO DE MONGAGUÁ/SP, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas;

33.3.4. Em caso de reincidência, a multa poderá ser aplicada em dobro, respeitando o limite máximo de 30% (trinta por cento);

33.3.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, quando for o caso, será cobrada judicialmente;

33.3.6. As penalidades serão aplicadas a critério da Administração e são independentes sendo que a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis;

33.3.7. O prazo para o pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

33.3.8. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;

33.3.9. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

33.3.10. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

33.3.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

33.3.12. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

33.3.13. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

33.3.14. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá.

33.3.15. As penalidades previstas no presente Termo de Referência e seus anexos poderão ser relevadas, em todo ou em parte, quando o atraso na prestação dos serviços for devidamente justificado e comprovados pela licitante a ser contratada, por escrito no prazo máximo de 05 (cinco) dias da ocorrência, em caso fortuito ou motivo de força maior.

33.3.16. Para as penalidades previstas neste Termo de Referência será garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

### **34. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

34.1. A CONTRATANTE poderá adiar a data de abertura das propostas à presente licitação, dando conhecimento aos interessados através de informação no site da Prefeitura – Licitações, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

34.2. A CONTRATANTE poderá aceitar ou rejeitar qualquer proposta, revogar o processo licitatório, por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, e/ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, a qualquer tempo antes da adjudicação dos serviços;

34.3. A CONTRATANTE poderá Alterar as condições desta licitação, as especificações e qualquer documento pertinente a esta licitação, desde que fixe novo prazo para apresentação das propostas.

34.4 A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das normas constantes do presente certame.

34.5. O resultado e demais atos passíveis de divulgação pertinentes a esta Concorrência Eletrônica serão divulgados no Diário Oficial do Município, e em outros meios de imprensa oficial, caso se faça necessário.

34.6. As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

34.7. Será efetuada a retenção do Imposto de Renda sobre o total a ser pago pela prestação dos serviços objeto deste credenciamento, conforme a Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, que obriga o MUNICÍPIO a proceder à retenção ampla do Imposto de Renda sobre fornecimentos de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, cuja aplicação foi disciplinada pelo Decreto Municipal nº 7.566/2023.

### **35. DOS ANEXOS**

**ANEXO I** - Tratando-se de Empresa de Pequeno Porte, deve-se apresentar Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, visando ao exercício de preferência previsto na Lei Complementar nº 123/2006

**ANEXO II** - Declaração de indicação de Responsável Técnico

**ANEXO III** - Declaração unificada;

**ANEXO IV** – Declaração de não vistoria prévia.

**ANEXO V** – Modelo de Carta Proposta

**Mongaguá 24 de abril de 2025**

Arq. e Urb. Ricardo dos Santos Ferreira  
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente



## Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

### **ANEXO I - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

A Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo), Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador do CPF n.º \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da lei Complementar n.º. 123/2006.

**DECLARA** ainda que a empresa esteja excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Por ser expressa manifestação da verdade, firmo o presente.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

Empresa

Assinatura do responsável

CPF de responsável



## Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

### ANEXO II - DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

Razão Social da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

A Empresa [NOME DA EMPRESA], por seu representante legal, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que o profissional [NOME DO PROFISSIONAL], inscrito no CREA sob o número [NÚMERO], será o responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

Empresa

Assinatura do responsável

CPF de responsável



## Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

### ANEXO III - DECLARAÇÃO UNIFICADA

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

A empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, com o endereço eletrônico \_\_\_\_\_, situada no Estado de \_\_\_\_\_, através do seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de participação **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2025, DECLARA** sob as penalidades cabíveis, que:

I - Atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

III - Conhece as especificações do objeto e os termos constantes neste EDITAL e seu (s) Anexos, e que, concorda com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir as exigências de fornecimento então contidas;

IV - Na qualidade de Proponente do procedimento de Contratação instaurado por este Município, o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, Portador (a) do RG sob nº \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, cuja função/cargo é \_\_\_\_\_ (sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

V - Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

VI - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VII - A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas.

VIII - Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

Ressalva: ( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

*Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.*

**IX - Tem conhecimento acerca da disposição contida no artigo 155, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, quanto a apresentação de declaração falsa.**

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

Empresa

Assinatura do responsável

CPF de responsável



## **Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

### **ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA PRÉVIA**

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, localizada na \_\_\_\_\_, telefone ( ) \_\_\_\_\_, fax ( ) \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, optou por não realizar a Vistoria Prévia disponível para a presente Concorrência XXXX, sendo de nossa total responsabilidade e conhecimento, as condições de realização dos serviços, não recaindo em nenhuma hipótese qualquer responsabilidade sobre o Município ou argumento futuro quanto à não vistoria prévia.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

Empresa

Assinatura do responsável

CPF de responsável



# Prefeitura da Estância Balneária de Mongaguá

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

## ANEXO V - MODELO DE CARTA PROPOSTA

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

CONCORRÊNCIA Nº

PROCESSO Nº

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE: DADOS DO LICITANTE

Denominação:

Endereço:

CEP:

Fone:

e-mail:

CNPJ: Dados Bancários Instituição Bancária: Agência: Conta corrente:

Observação: Adverte-se que a simples apresentação desta Proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação do licitante neste certame.

Objeto: Contratação de empresa para Regularização fundiária – PAC 2024 – Gleba B da Vila Atlântica **em conformidade com Memorial descritivo, Cronograma físico financeiro, planilha orçamentária sintética e BDI.**

2. Propomos executar, sob nossa integral responsabilidade os serviços objeto da licitação, pelo valor global de R\$. .... (.), de acordo com os prazos e as especificações constantes do respectivo Edital e seus anexos que regem este processo, incluindo todos os encargos operacionais e tributos devidos.

### 3. Exigências na proposta:

A proposta de acordo com o Edital, e seus anexos, acompanhado de planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, e Demonstrativo da Composição do BDI, contendo os mesmos itens dos respectivos anexos constantes deste Edital, inclusive contendo quantitativos, preços unitários e preço global.

a) Prazo de Validade da Proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da entrega dos envelopes;

b) Início dos serviços em até 05 (cinco) dias do recebimento da ordem de serviço;



## **Prefeitura da Estância Balneária de Monqaquá**

Estado de São Paulo  
Avenida Getúlio Vargas, nº 67 - Centro - Tel: 3445-3000

**Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Planejamento Urbano e Ambiental**  
**Unidade Gestora de Obras Públicas**

- c) Condições de Pagamento:
- d) Prazo de execução em no máximo de 12 (doze) meses;
- e) Declaração de que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado;
- f) Declaração de que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no memorial descritivo;

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

Empresa

Assinatura do responsável

CPF de responsável